



Série II

Nº 12

26/5 a 3/7/76

MINFA**OFERTA**

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço: 2\$50

EDITORIAL

ELEIÇÕES — O CAMINHAR SEGURO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PODER POPULAR

Luanda viveu a 27 de Junho momentos transcendentais para o seu futuro político. A Nação inteira, neste dia, teve os olhos postos em Luanda, pela importância do acto político que nesta cidade ocorria. Luanda inteira foi às urnas. Para votar em liberdade. Para eleger os seus representantes nas Comissões Populares de Bairro.

O acto eleitoral, expressão da capacidade e da maturidade do Povo Angolano, mereceu por parte dos destrutores da Revolução as mais severas críticas. Aqueles que defendem a ideia de que o Povo Angolano ainda não está apto a conduzir os seus destinos contestaram

vivamente as eleições. Para estes, ainda não estão reunidas as condições — objectivas e subjectivas — para que o Povo Angolano possa eleger os seus representantes. A estas concepções reaccionárias respondeu o Povo Angolano correspondendo à palavra de ordem «TRABALHADOR, VOTA NO PODER POPULAR».

O processo de luta do Povo Angolano não se iniciou hoje. Desde os tempos da barbárie colonial-fascista que o Povo Angolano vem lutando pela sua afirmação como Povo livre e soberano. E desde a 1.ª hora o Povo

(Conclui na pág. 11)



«MINFA» FICARÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa, A PARTIR DO PRÓXIMO NÚMERO

A COMISSÃO DIRECTIVA DE MOÇÂMEDES DESMENTE

Sob o título «A Realidade em Revista» e com o subtítulo «ASPECTOS SOBRE MOÇÂMEDES», a revista MINFA, no seu número 4, série II, de 20/3/76, insere na página 2 e conclui na página 11, uma «entrevista» dada por alguns «camaradas» de Moçâmedes que se refugiaram em Luanda aquando da ocupação inimiga.

Porque reputamos as declarações nela contidas, assentes em bases absolutamente incongruentes, onde se verifica, sobretudo, a ideia lapidar de criar uma situação de discórdia política, a Comissão Directiva de Moçâmedes achou por bem esclarecer a opinião pública sobre o motivo em causa pelo que apresenta:

1.º — Por motivos de insegurança, dada a tomada por parte do exército regular sul-africano da vizinha Província da Huíla, entendeu esta Comissão Directiva solicitar aos Órgãos Superiores da nossa Organização, o envio de aviões, a fim de transportar parte do material de guerra que havia sido desembarcado dias antes pelo navio «Ofir», dado que a outra parte havia sido já encaminhada para os Estados Maiores das Frentes Centro e Sul. Por tal motivo começaram a chegar a este aeroporto, nos dias 25, 26 e 27 de Outubro, vários aviões «Nord Atlas». São estes aviões a que os acusadores a que nos reportamos se referem, dizendo que era neles que a Comissão Directiva e seus familiares pretendiam fugir. Ora, é absolutamente flagrante a inverdade de tais afirmações, porque, se na verdade alguns membros da Comissão Directiva estiveram presentes no aeroporto, foi pela razão acima exposta: dirigir os trabalhos do embarque do material de guerra. E, por coincidência, nem ao menos uma única pessoa de família de algum dos membros da Comissão Directiva se encontrava naquele aeroporto.

No entanto e contra as ordens estritas dadas aos pilotos dos referidos aviões de não embarcar passageiros, quer civis, quer militares, foi pela Comissão Directiva decidido fazer embarcar, por motivos de urgência, 2 elementos da JMPLA que impreterivelmente tinham de seguir para Cabinda a fim de tomarem parte do Seminário Nacional da JMPLA. Por tal motivo, os mesmos foram acompanhados até ao aeroporto pelos membros directivos, camaradas Venâncio e Morais, dado que a tripulação se negava a embarcá-los sem o aval da Comissão Directiva.

No que se refere ao embarque marítimo, constata-se que efectivamente muita gente do POVO pretendia assegurar um lugar para a eventualidade de, no caso da impossibilidade de resistência de Moçâmedes, abandonar a Província. Ao que sabemos, nenhum membro da Comissão Directiva foi detectado no referido Porto. Se os nossos acusadores pretendem denegrir o POVO pelo facto de pretender, em circunstância extremamente difícil, assegurar um meio de fuga, é absolutamente paradoxal a sua forma de agir, uma vez que, não se preocupando absolutamente nada com a vida dos elementos do Povo, tinham já assegurada a sua própria segurança, isto é, haviam já preparado a traineira de um seu falimiar: o pai dos acusadores («o papá Henriques»).

2.º — Devemos informar que a retirada dos camaradas da Comissão Directiva, não foi como falsa e tendenciosamente se afirma. Senão vejamos: o camarada Hilário retirou-se no dia 28, num rebocador; os camaradas Aragão, Baptista, Brazão, Morais e Venâncio, saíram na mesma data, isto é no dia 28 de Outubro de 1975, na traineira «N. S.º do Monte»; os camaradas Câmara e Oliveira deixaram Moçâmedes no dia 29, num barco de guerra português. O camarada António Cruz, era o único que, por se encontrar em Luanda na altura dos acontecimentos, não esteve logicamente presente aquando da invasão dos racistas sul-africanos.

Como a tomada de Moçâmedes se verificou no dia 28, é puramente capciosa a afirmação de que os elementos directivos fugiram antes da invasão inimiga, tanto mais

que estes, já se encontravam às portas da cidade de Moçâmedes às 23 horas do dia 27, e só não entraram nesta noite porque o comandante militar português assim lho havia solicitado para evitar mortes desnecessárias (segundo informou o mesmo comandante ao camarada Câmara).

3.º — Não há dúvida que surge quanto à militância do camarada Delegado, em que se utiliza a frase, transcrevemos, «nunca demonstrou qualidades de revolucionário», somente lamentamos que, quem tal afirma, nunca se tivesse preocupado em saber quem eram e em que circunstâncias viviam todos aqueles revolucionários do nosso Movimento que estiveram enclausurados nos campos de terror de S. Nicolau. Se tivesse havido essa preocupação, decerto que saberiam que o camarada Câmara foi um deles — foi um desses militantes. Ainda sobre a dúvida que é posta quanto à eleição do mesmo para coordenador em Moçâmedes, deveu-se tal facto a que logo após o 25 de Abril, uns poucos camaradas, entre eles o camarada Câmara, terem tomado a seu cuidado a organização de células que iriam, num futuro mais ou menos breve, como aconteceu, dar corpo ao Movimento. Posteriormente, a pedido da nossa Delegação em Luanda, foi-nos solicitado que indicássemos o nome de um camarada que viria a representar o Movimento nesta Província. A eleição do camarada Câmara foi feita publicamente, na presença de todos os militantes do MPLA que ao acto quiseram comparecer. A mesma realizou-se no Bairro dos Eucaliptos, em frente à casa do camarada Makidi. O desconhecimento de tal facto demonstra bem o desinteresse que os nossos acusadores dedicam pela actividade que desde o início vimos exercendo.

No que respeita ao camarada Venâncio, coordenador do DOM/Regional, a sua actividade política tal como informamos relativamente para com o camarada Câmara, fez parte, desde a primeira hora, dos elementos que organizaram e deram corpo ao Movimento a partir da criação de Células.

4.º — A família acusadora a que nos vimos referindo, informa que houve desinteresse da Comissão Directiva em arranjar alojamentos e empregos em Luanda para os refugiados de Moçâmedes. Julgamos desnecessário fazer comentários sobre esta situação, tanto mais que, aquando da última tentativa nossa sobre o assunto feita ao camarada Primeiro-Ministro, nos foi dito por escrito que os refugiados de Moçâmedes, na sua maior parte, eram servidores públicos e como tal, tinham os seus problemas resolvidos; quanto aos outros existia uma Comissão Nacional de Desalojados, organismo com competência para solucionar os referidos problemas. Contactámos esse organismo, quer pessoalmente, quer por escrito, tendo-se remetido para o efeito relações de todos os camaradas desalojados. Quer o camarada Primeiro-Ministro, quer a Comissão Nacional de Desalojados poderão confirmar as nossas afirmações. No entanto, a par de aos desalojados, lhe ter sido comunicado todas estas démarches, os mesmos não acreditaram, pondo ainda em dúvida a afirmação do camarada Primeiro-Ministro. Verificou-se, de seguida, um movimento de carácter divisionista por parte daqueles elementos, efectuando-se reuniões na Praia do Bispo, onde se proclamava toda uma série de afirmações tendenciosas e regionalistas. Entre estas, de que a Comissão Directiva não era composta por naturais de Moçâmedes, isto é, por naturais do Sul. Em face disto, esta Comissão Directiva convocou, para uma reunião, na Liga Nacional, os camaradas desalojados de Moçâmedes, tendo ainda convocado o camarada António Eduardo dos Santos para fazer um esclarecimento porque se dizia que o referido camarada viria para Moçâmedes como Delegado do MPLA. Convém frisar que a convocatória em questão, havia sido feita através das antenas da Rádio Nacional e do matutino «Jornal de Angola». Contudo, os acusadores, no intuito de escamotear a verdade e lança-

(Conclui na pág. 10)



DEFENDER A REVOLUÇÃO

Angola, graças à determinação de todo o povo Angolano que se assenta na não aceitação de mais qualquer tipo de exploração, é hoje um País livre onde os lacaios do Imperialismo, sedentos de dinheiro e de poder, foram derrotados. De facto, o Imperialismo em Angola sofreu uma das suas maiores catástrofes em África e nós sabemos que ele procurará novos processos, mais subtis, para neo-colonizar os Povos e tentar alargar consequentemente o seu domínio.

Assim, uma cerrada vigilância durante todo o nosso processo revolucionário será indispensável não só para barrarmos qualquer infiltração do inimigo externo mas também para neutralizarmos todos os compatriotas que, de uma maneira ou doutra, lutam contra a implantação do Poder e Democracia populares.

A vigilância é, portanto, necessária para a consolidação das vitórias alcançadas pelo nosso Povo ao longo de 14 anos de luta. Neste capítulo cabe às nossas Forças Armadas em particular, e às massas populares em geral, um papel importantíssimo e de grande responsabilidade: A Defesa da nossa Revolução.

As FAPLA, conscientes dessa responsabilidade decidiram e já, iniciar uma melhor preparação dos seus quadros. Essa preparação para além de incluir o aspecto militar não esquecerá, concerteza, um aspecto bastante importante que é o político. Nós pensamos que um bom militar deverá ser sobretudo um bom político. O militar para além de saber manejar com perícia a sua arma de fogo, deverá igualmente saber utilizar a arma ideológica para defender com intransigência a opção Socialista do nosso Movimento; ele deverá

possuir uma bagagem teórica revolucionária bastante forte para na confrontação ideológica derrotar qualquer adversário estrategicamente poderoso; finalmente dizemos que a sua teoria deverá ser posta em prática. Só praticando a teoria um soldado considerar-se-á um verdadeiro militar.

A iniciativa que os camaradas das FAPLA tiveram de realizar o primeiro curso de sargentos especiais do nosso exército é muito valorosa não só porque ela irá dar os seus frutos, portanto, mais quadros militares, mas também, porque constitui uma prova insofismável de que todos nós estamos plenamente convictos que a Nação Angolana terá que ser construída com as nossas próprias mãos e dotada dos instrumentos indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Vamos então pôr mãos a obra, construir o socialismo com as nossas mãos, com o nosso esforço, não esquecendo, no entanto, que essa construção deverá atender à elevação do nível de vida material do nosso Povo bem como à criação de um homem novo, um homem que, liberto das grilhetas da exploração, se possa assumir na plenitude da sua riqueza criadora.

Entretanto, o Dia 1.º de Agosto aproxima-se. Pela segunda vez as massas populares Angolanas irão festejar a Proclamação do seu braço armado, as FAPLA.

Nas chanas, nas matas, nas cidades, nas prisões, na luta contra grupelhos tribais e exércitos racistas, elas foram sempre a certeza da vitória.

Aos camaradas que integram as gloriosas FAPLA, «MINFA», deixa aqui o seu abraço revolucionário pedindo-lhes, entretanto, que com a mesma decisão e firmeza do início da luta, saibam também agora assumir as responsabilidades actuais.

Devem continuar o combate pela preservação das conquistas, libertação completa do homem Angolano, defesa dos interesses das camadas mais exploradas, por um regime Democrático, Popular e Progressista, pela Nação Una e indivisível, pela integridade territorial, pelos nossos heróis tombados em defesa da Revolução e, finalmente, pela nossa participação independente e soberana no concerto livre das nações.



INQUÉRITOS E ENTREVISTAS

A NOSSA GRANDE TAREFA É RECUPERAR A PRODUÇÃO

— Disse o Camarada Secretário de Estado da Indústria e Energia.

Durante a 2.^a guerra de Libertação Nacional imposta pelo Imperialismo Internacional, o Povo Angolano apesar dos apelos feitos aos técnicos portugueses e outro pessoal especializado para que não abandonassem o País e participassem na grande tarefa de Reconstrução Nacional, assistiu a um dos maiores êxodos até aqui verificado na história de África.

Dessa situação resultou um desfalcamento e uma baixa da produtividade nas unidades industriais que obrigaram o nosso Governo a tomar a peito a tarefa de reorganizar e gerir o sector industrial.

Para nos traçar o actual panorama deste importante sector da vida do País, aliás o factor dinamizador e decisivo da nossa Economia, contactámos o Secretário de Estado da Indústria e Energia, Camarada Lopes Teixeira a quem pusemos as seguintes perguntas:

- * Qual o actual quadro do Sector Industrial após várias sabotagens dos inimigos do Povo, nomeadamente após a fuga da maior parte dos técnicos portugueses?
- * Dentro do Sector Industrial quais as nacionalizações que se prevêm para além das que já foram feitas?
- * No Sector da Energia quais as tarefas que esta Secretaria pensa levar a cabo a curto e a médio prazo?
- * Camarada Secretário querera abordar mais algum assunto que julgue de grande importância ir ao conhecimento do nosso Povo?

AS NOSSAS EMPRESAS FUNCIONAM EM CONDIÇÕES DEFICITÁRIAS

Devo dizer que o sector industrial foi dos que mais sofreu com o período de transição violento a que Angola foi submetido incluindo as sabotagens e o êxodo dos técnicos. Isto porque é um sector muito sensível.

Em particular, a saída dos técnicos deixou as nossas unidades industriais, as unidades de produção, bastante desfalcadas, com graves problemas de gestão. Como réplica, os trabalhadores angolanos resolveram tomar em mão a produção, organizando-se em comissões de gestão que tiveram o seu papel histórico. Dessa forma foi possível evitar o «lapso» que era mesmo o objectivo da sabotagem eco-



nómica e, nomeadamente da fuga dos técnicos que se verificou durante o período de transição e durante a guerra de agressão imperialista.

Assim, conseguimos manter as unidades a funcionar e, evidentemente, em condições precárias, bastante difíceis. A produtividade baixou bastante ao ponto de muitas empresas estarem a laborar abaixo do ponto crítico, quer dizer, em condições de não rentabilidade mas conseguiu-se com isso uma grande vitória que foi evitar o desemprego que iria causar graves problemas ao Governo e com graves reflexos no desfecho da guerra, portanto, da nossa resistência. Nessa altura foi decretada a «Resistência Popular Generalizada» e, em particular, foi definido um plano económico, um plano de economia de resistência. Como disse à pouco, o sector industrial como sector mais sen-

sível foi dos que mais ficou abalado. Esta é digamos a herança que nós temos entre mãos. A maior parte das empresas estão a funcionar em condições deficitárias.

As comissões de gestão para além do papel importante que desempenharam na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos interesses do sector, mostraram-se inexperientes e hoje, evidentemente, torna-se necessário reparar esta situação. Devo dizer como resultado do abandono não só dos técnicos mas também da entidade empresarial, muitas unidades ficaram paralizadas a tal ponto que, após a guerra, após o desfecho da guerra, após a vitória contra a luta de agressão, diante do problema de Reconstrução Nacional, houve que tomar a peito a tarefa de reorganizar todo o sector e, inclusivamente, criar estruturas para dinamizar e gerir o sector industrial. É neste quadro que nós devemos encarar o processo das nacionalizações. Diante do abandono da entidade empresarial, diante da sabotagem económica, o Estado, o Governo da República Popular de Angola deu mais um passo decisivo no sentido de pôr nas mãos do Povo a economia. Assim, está a verificar-se neste momento, um processo de nacionalização de empresas e que põe diante de nós novas tarefas, novos problemas.

AS NACIONALIZAÇÕES

Evidentemente já foram feitas algumas nacionalizações importantes em vários sectores da Indústria Transformadora. Isto corresponde as medidas que se impõe neste momento no sentido de se concretizar a linha política, o programa do MPLA e da República Popular de Angola.

Portanto, como dizia à bocado, neste espírito foram feitas já algumas nacionalizações importantes em sectores importantes como por exemplo, nas Açucareiras onde foram quatro unidades, as mais importantes deste sector. Foram feitas também nacionalizações nas indústrias têxteis como a SATEC, Textang e, enfim, estão previstas outras mais e como foram feitas noutros domínios como por exemplo, nas indústrias ligeiras, alimentares etc.

Isto corresponde apenas a uma primeira fase — teve-se em conta o facto de essas unidades serem estratégicas e envolverem grande número de trabalhadores, unidades dotadas de grande volume de emprego.

Houve, pois que proceder a essa nacionalização, rapidamente no sentido de evitar graves perturbações sociais.

Depois da guerra o problema do desemprego fez-se sentir com toda a acuidade nos grandes centros de produção, como a Tentativa, a Cassequel, Dombe Grande, Textang, Satec etc. Portanto, diante desta situação o Estado não podia manter-se impassível e havia que agir rapidamente. Todavia, a situação do abandono é geral e havia que agir rapidamente, a situação do abandono é geral; verifica-se em muitos mais sectores, em muitas mais empresas e devo dizer que dentro em breve o Estado irá tomar outras medidas. Sobre quais as unidades que vão ser nacionalizadas isto é assunto que compete ao Conselho da Revolução e assim, é-me difícil avançar qualquer coisa neste sentido. No entanto, devo dizer que, nesta fase visar-se-ão outras unidades estratégicas, nomeadamente no sector Têxtil e Alimentar.

OS NOSSOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ESTÃO CONDICIONADOS A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

Quando se fala de energia temos em vista evidentemente o sector dos petróleos cuja importância para a nossa economia é fundamental, mas tem-se também em vista o sector da electricidade. Portanto, petróleos, isto é, os combustíveis são formas de energia mais importantes que serão os pilares para todas as nossas tarefas de desenvolvimento.

No domínio dos petróleos que constituem uma das grandes riquezas minerais do nosso subsolo, nós tivemos que enfrentar graves problemas nomeadamente o problema da paralização da produção em Cabinda, do petróleo pela Gulf Oil que se verificou nos meados de Dezembro e que foi devida a uma atitude unilateral da Gulf-Oil Company. Os objectivos dessa actitude são bem conhecidos, bem claros e graças a uma política clarividente do nosso Governo, do MPLA, foi possível, em fim, ultrapassar este problema e reactivar de novo a produção, trazendo de volta a Gulf-Oil Company. Neste momento a produção já atingiu dois terços da produção normal. Nos campos de Malongo neste momento a produção anda a volta dos 100 000 barris

por dia. Entretanto, temos outras tarefas a cumprir neste domínio; nem tudo ainda está resolvido — haverá certamente que negociar novos contratos, um novo contrato com a Gulf Oil e duma maneira geral com as concessionárias, contratos mais vantajosos para o nosso Povo para o nosso País. Neste momento estamos evidentemente a trabalhar com base nos contratos que nos foram legados pelo regime colonial. Haverá, portanto, que rever estes contratos.

Falando ainda de petróleos há que dizer que a nossa política de petróleos como recurso mineral, recurso natural, a nossa política é de valorizar constantemente estes produtos.

Nós temos aquelas grandes riquezas no nosso subsolo das quais o petróleo constitui uma das mais importantes mas temos outras como o diamante. De uma maneira geral temos bastantes recursos minerais que foram sistematicamente explorados e exportados em bruto o que é uma característica de todo o regime de exploração.

Ora, neste momento a nossa tarefa será de programar uma valorização sistemática e progressiva destes produtos. Entretanto, a curto e a médio prazo teremos que encarar a tarefa de ampliar a nossa capacidade de refinação dos produtos.

Actualmente existe uma refinaria a da Petrangol cuja produção cobre apenas o que nós consumimos. Há, pois, que elevar a linha de oferta bastante mais acima da linha de consumo por forma que não sejamos só auto-suficientes mas que possamos ainda encarar a possibilidade de exportar. Teremos assim, que evitar a exportação do bruto e tentar refinar o máximo possível os nossos produtos.

Por outro lado, há também que encarar — falando de petróleos mas isto já a longo prazo — a possibilidade de instalar uma indústria petroquímica.

No quadro ainda da energia que é a questão que nos foi posta, devo referir que temos ainda o problema de não recuperar a nossa produção de energia eléctrica, não só recuperar como tentar também fazer um inventário mais exacto, mais pormenorizado dos nossos recursos hidroeléctricos com vista a um futuro desenvolvimento do sector da electricidade. Podemos dizer que grande parte dos nossos planos de desenvolvimento estarão condicionados pela produção de energia eléctrica. Creio que é isto que me compete dizer no quadro do sector da energia.

A INDÚSTRIA É O FACTOR DECISIVO DA NOSSA ECONOMIA

Evidentemente que nesta fase de Reconstrução Nacional, diante de nós, em particular da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, pesam tarefas de grande responsabilidade.

O nosso Governo, portanto, a República Popular de Angola definiu já as linhas mestras que vão orientar os nossos programas de desenvolvimento económico.

Para além dos objectivos estratégicos também já definidos no programa do MPLA — nós lutamos por uma Democracia Popular o que implica uma Democracia económica — para além destes princípios, foi bem claramente definida a via que nós vamos seguir. Uma via não capitalista mas evidentemente a via socialista. Este é um aspecto importante que vem definir todo o nosso esquema, a fisionomia que vai ter toda a nossa economia.

Para além disso há que referir também a opção fundamentalmente muito importante que decorre das nossas realidades que é a de considerar a agricultura como base do desenvolvimento e a indústria como dinamizador, como factor decisivo. Nós temos um sector tradicional na nossa economia que foi constantemente abandonado e serviu os interesses do sector capitalista, do sector colonialista. A economia tradicional foi um apêndice que produzia excedentes, mão-de-obra para o sector capitalista. Este sector tradicional envolve nada mais nada menos de 85% da nossa população. É uma necessidade, é apenas uma constatação de uma realidade isto de se ter definido a Agricultura como base do nosso desenvolvimento.

Eu creio que a indústria competirá apoiar firmemente este sector, o sector agrícola, Agro-pecuário, apoiar de todos os lados, fornecendo à agricultura os bens de produção de que ela carece para aumentar a sua rentabilidade, a sua produtividade, fornecendo instrumentos agrícolas, adubos, plasticidades, etc.

A nossa Indústria terá que rapidamente orientar-se neste sentido e por outro lado, valorizar constantemente os pro-

(Conclui na pág. 11)

A DIRECÇÃO-GERAL DE ESPECTÁCULOS E CULTURA POPULAR É UM ÓRGÃO CRIADO PARA MATERIALIZAR OS FUNDAMENTOS DA NOSSA LUTA DE LIBERTAÇÃO

● *Afirmou o Camarada Domingos Van-Dunem.*

A escassez de informação sobre Cultura e Espectáculos, levou «MINFA» a publicar uma entrevista de Domingos Van-Dunem, Director-Geral de Espectáculos e Cultura Popular. Nesta entrevista aquele camarada fala-nos dos esforços da Direcção-Geral que chefia, no sentido de reavivar a nossa Cultura, que o colonial-fascismo tentou sufocar e no sentido de dar aos espectáculos para o nosso Povo um tipo diferente, perfeitamente inserido na situação revolucionária que atravessamos.

P. — Quais as funções específicas desta Direcção-Geral nos seguintes aspectos fundamentais: espectáculo e cultura popular?

R. — Reunir os meios necessários para promover o movimento do retorno às nossas tradições; fazer que seja-



mos «nós mesmos», voltados resolutamente para o futuro que nos há-de colocar entre os países socialistas do mundo; caminhar, com a nossa dignidade e personalidade próprias. Em síntese.

Vivemos quinhentos anos debaixo de um colonialismo atroz. Os mais sagrados valores foram propositadamente destruídos e espoliados. Houve uma autêntica sangria que tocou profundamente o Primado do Espírito. As nossas manifestações eram denominadas de «folclore», numa expressão contrária à ciência que significava o «pitoresco», o «burlesco».

Após a guerra de 39/45, os portugueses reuniram várias leis discriminatórias que haviam introduzido no nosso País, e criaram o célebre atestado de «assimilação» que, somente tolerava direitos de cidadania ao natural que demonstrasse — num processo cheio de habilidades e maiores desonestidades — ter renunciado aos seus usos e costumes, a negação de toda a sua cultura tradicional. Era exigida prova de cópia fiel duma cultura caracterizada pelo tipo comum do homenzinho, ignorante, ambicioso, ladrão, em suma, da escória duma sociedade já por si corrupta.

Demoramo-nos na resposta, trazendo detalhes que mereciam explanação noutra lugar. Teríamos respondido com maior precisão, cremos, resumindo que a Direcção-Geral de Espectáculos e Cultura Popular é, um dos órgãos governamentais criado para materializar os fundamentos da nossa luta de libertação: buscar nas nossas tradições uma identidade cultural e reafirmá-la. Mais concretamente: promover a descolonização do espírito do camponês e do operário e dar uma consciência refinada, própria, digna, ao letrado e ao intelectual de formação capitalista-burguesa.

P. — Que medidas estão sendo aplicadas ou preconizadas para modificar a actual linha dos espectáculos apresentados ao público por forma a dar-lhes características essencialmente nacionais e socializantes?

R. — Para responder cabalmente à pergunta e, mesmo assim, receamos não conseguir fazê-lo, teremos de historiar. O acertado, cremos, é primeiro referirmo-nos ao espectáculo de variedades; o espectáculo maior dos meios urbanos e, só, depois, entrar no cinema, espectáculo muito especial pela sua forma de intervenção e mobilização. Concluiremos a exposição com referências às manifestações de música e danças nacionais.

Ora, sem a pretensão de apresentar uma página de memórias, traduzindo um certo narcisismo, vamos primeiramente lembrar que iniciámos a nossa vida política através do velho semanário «O FAROLIM» — já lá vão mais de trinta anos! — combatendo o baile de sábado e domingo, o espectáculo alienatório, a «chunga», do «antigamente». Ainda há bem pouco, conseguimos manter o tempo que nos foi possível, páginas semanais de crítica ao meio da capital. Promovemos inquéritos diversos para a valorização e mais, para moralização do mundo do espectáculo. Estes factos ajudam a informação de que viemos para a Direcção-Geral de Espectáculos, relativamente, bem credenciados. O que nos dava, não dizemos autoridade, mas certas vantagens em relação a um tipo de críticos que tinham remédios para todos os problemas, os críticos que nos fazem lembrar a milagreira pomada «Doutor Queirós» que, curava todas as doenças, nos tempos das nossas mães.

Logo após à nossa posse que se verificou em meados de 1975, efectuamos várias reuniões com artistas, empresários e outras entidades influentes no campo político e cultural. Foram analisadas situações e traçaram-se directrizes que teriam resultado, não fossem certos obstáculos de que daremos conta se esta conversa prolongar e nos parecer absolutamente necessário.

«E estávamos na época do chamado «governo de transição», dizemos chamado porque é já tempo de o tratarmos de «governo da confusão». Isso diz tudo. Reflecte as dificuldades de planear e executar qualquer trabalho sério, era o período em que até camaradas nossos diziam o que era preciso «é não fazer ondas». «Ficar quieto e aguardar».

Lutando contra reaccionários de todas as cores, procuramos lançar — primeiro, em Luanda — um movimento

clubístico que iria eliminar certas contradições existentes no seio do Povo para, reacender os horizontes do sistema mutualista, a nossa sensibilidade, marcadamente humanística, passo seguro para um caminhar mais rápido no socialismo, a meta da nossa Revolução.

Vamos apenas referir a uma assembleia magna que teve lugar no salão nobre da Câmara Municipal de Luanda na qual, se deliberou o encerramento do «KUSUNGILA» e do «TEATRO AVENIDA», casas municipais em que os nossos inimigos directos implantavam as acções mais vergonhosas rotuladas de Arte. Nessa reunião, chegou a ser eleita uma comissão para sugerir novas directrizes que iriam orientar o funcionamento das referidas casas. Infelizmente, a comissão, um pouco ainda amarrada ao impressionalismo da Era colonial, surgiu-nos com propostas de ordenados chorudos e outras regalias para os pseudos artistas portugueses, alcandorados em técnicos de teatro, uma corja que hoje junta vozes e blasfema contra Angola no coro macabro dos tais «retornados», grupo de cadastrados que Portugal nos enviava como representantes da «soberania lusitana».

Talvez tenhamos deixado longe demais os fundamentos principais da resposta à tua pergunta. É provável que mais adiante, conhecida a tua intenção da abordagem de aspectos da Cultura Popular, haja oportunidade para um depoimento mais conciso.

Não fosse o escasso tempo, falaríamos também do nosso jornalzinho «KUIJIA», que os génios da terra um dia disseram que não prestava; para mais tarde nos acusarem de inconscientes pela suspensão da sua publicação, suspensão que bem custou.

Entrando no capítulo do cinema, podemos esclarecer que também no início das nossas funções, reunimos empresários e outras entidades com vista a uma melhoria qualitativa dos filmes que corriam nas nossas salas.

Os empresários indicaram razões diversas que poderiam protelar o processo. Apresentamos um questionário com perguntas que nos ajudaram a compreender aspectos técnicos e normas de negócio, o que facilitou o estudo de mercados e a concretização das nossas opções ideológicas.

Iniciámos contactos com a Federação Portuguesa de Cinema Amador, de gente progressista, para apresentação de filmes de amadores cuja temática correspondia aos nossos anseios de renovação política e cultural. Ainda com o objectivo de melhoria qualitativa, numa primeira fase, a iniciar com a imediata redução do cinema comercial, autorizamos o funcionamento, no Lobito, numa sala de reeducação, especialmente equipada para filmes de 16 m/m.

Devido à factores linguísticos e outros, também importantes, batemo-nos pela constituição dum mercado comum, à nível da CONCOP, garante dum defesa no jogo comercial das empresas produtoras e distribuidoras, como iniciativa relevante no campo ideológico.

Outras medidas havíamos tomado. É de salientar que conseguimos a colaboração da CECE, organismo dependente do Ministério de Educação que, alargou a sua acção, apenas de fixar grupos etários, para elaborar Pareceres sobre o conteúdo temático de filmes. Consideramos isso um grande passo, porquanto a CECE afirmava «...que era impossível (...) satisfazer o nosso pedido de pareceres sobre o conteúdo de filmes *«sem que primeiramente se tenham definido as (...) linhas políticas, cultural e moral do País que para ela, eram inexistentes».*

Perante as realidades concretas de cinema que, infelizmente, mesmo aqueles que a cada passo citam Lenine e Marx desconhecem, insistimos na realização do Encontro à nível da CONCOP para o estudo de um problema que é idêntico em Moçambique, na Guiné, em Cabo Verde e em S. Tomé.

O curioso, chamemo-lo curioso por não nos ocorrer outra expressão mais feliz, é que, recentemente, um membro do Governo de Moçambique veio até nós apresentar a adiada proposta e, finalmente, dentro em breve o problema do cinema vai ser tratado em comum o que nos permitirá colher amplas e múltiplas vantagens quer no aspecto técnico e comercial como no aspecto doutrinário e ideológico.

Está marcada uma viagem nossa à Moçambique e à Guiné, para discutir o Encontro em que se irão orientar as bases para a um «pool».

Hoje, possuímos informações importantes que esclarecem experiências de países socialistas. Podemos testemu-

nar o facto fazendo referência à «Primeira Semana do Cinema Cubano», uma iniciativa que foi muito proveitosa para Angola. Podemos anunciar para breve as primeiras Semanas do Cinema Argelino e Romeno e também anunciar conversações muito adiantadas com distribuidoras rusas que nos colocam filmes por cinquenta e quatro contos, livres de despesas de transportes e publicidade, etc., filmes com a duração de cinco anos e que de momento, apenas apresentam o inconveniente de ser falados em francês com legendas em português, óbice, aliás, que vamos contornar, fazendo-se a dobragem em língua portuguesa. É provável que do Brasil nos possa chegar já alguns falados em português.

Resumindo a resposta para a questão apresentada, convém acrescentar que outras medidas para melhoria do espectáculo público, incluindo, portanto, o cinema, foram preconizadas dentro da cultura popular, isto, porque é importante ter-se presente que o espectáculo será válido quando for buscar a sua origem nas raízes espirituais da Nação, o que de forma alguma obriga a um dogmatismo circunscrito numa linha estática contrária ao internacionalismo, a nossa opção consciente dos valores universais.

Temos sido acusados de fechar as «boites», agravando problemas sociais. Não nos cabem responsabilidades pela não dotação das medidas consequentes que tão cuidadosamente estudamos com o Camarada Comandante Petroff.

P. — Qual o programa fixado para difusão da cultura angolana?

R. — Antes de qualquer programa havia que reunir determinados dados. É o que temos feito. Em primeiro lugar tentar conhecer pessoas e entidades que prontificam na vida cultural do País, processo difícil e melindroso porque alguns autores consagrados são totalmente desconhecidos do Povo, não desfrutam da posição que lhes podia advir dum comunhão de valores. Existe entre os escritores — a maioria — e as massas, uma distanciação que coloca os primeiros numa situação paternalista de líder imposto.

Muito mais poderíamos dizer para satisfazer a tua pergunta. Resta-nos a esperança que um dia virá a saber-se que a Direcção-Geral de Espectáculos e Cultura fez aquilo que pretendeu fazer e porque não o fez. Fomos prejudicados pela ideia de que os primeiros elementos chamados para dirigir serviços públicos iriam apenas tapar buracos porque pouco tinham para dar...

Contrariando a orgânica oficial, instituída para os serviços, com lugares e designações técnicas que só seriam preenchidos e nunca ocupados por carência de profissionais, pensamos em recrutar tarefeiros que esquematizariam normas para serem cumpridas por brigadas de pesquisadores e dinamizadores, gente do Povo inserida nos problemas do seu mundo, para recolha de lendas, provérbios, adágios, contos, canções, músicas, etc. A partir daí destrinçar o que é nosso, o que é nacional, daquilo que nos impuseram em cinco séculos de obstrução.

Planeamos a transformação de clubes e associações existentes na província, em «casas de cultura» que seriam os primeiros laboratórios de trabalho. Chegamos a discutir formas para o avanço da ideia, com camaradas do Moxico, da Lunda, do Saurimo e, com camaradas de Kabinza, terras com condições muito especiais, pelos aspectos culturais e até políticos que oferecem.

O Moxico, seria o ponto piloto porque é a Província, ao que nos parece que, melhor traduz a capacidade organizativa do M.P.L.A. antes da Independência e a linha ideológica do Movimento.

Ali vive uma maioria de antigos guerrilheiros alguns a precisarem de actividades para que não se afoquem no mar das frustrações.

Num plano conjunto dos Ministérios da Agricultura, Trabalho, Saúde e Educação, a Direcção-Geral de Espectáculos e Cultura Popular, poderia reunir todos os nossos valores no campo da medicina tradicional, no campo da formação mutualista cooperativista e fazer compreender a divisão de tarefas que dá ao trabalho rural momentos alegres, tirando-lhe as grilhetas de castigo da natureza ou a ideia de exigência violenta de quem governa e manda. Desde as canções infantis ao «saudosismo», saudável, vitorioso, dos velhos que desafia permanentemente o novo e dirige apelos ao tempo para que este saiba atender anseios progressistas que dominam o sentimento nacional

africano. Somos um Povo que se esforça constantemente para que os vindouros possam viver cada vez melhor! É importante que se tenha sempre presente esta realidade que exprime a razão porque o M.P.L.A. proclamou sempre que a Luta Continua e só assim a Vitória é Certa!

P. — Como está a Direcção-Geral promovendo a recolha de elementos que constituem o folclore nacional?

R. — cremos que a panorâmica atrás esboçada responde à pergunta. No entanto, é nosso dever informar que não conseguimos realizar, praticamente, um trabalho de recolha, porque acima de tudo, impunha-se encontrar quem o iria executar. Embora seja lugar comum dizer-se que ninguém pode fazer uma «omolete» sem ovos temos de repetir a filosofia popular.

Entretanto, paralelamente ao trabalho da recolha de nomes de pessoas que se dedicam à música, à dança e à pintura nacionais, dentro das cidades e vilas, em primeiro lugar, grupos, portanto, que classificamos de pessoas eruditas, começamos a organizar um inventário bibliográfico de obras etnográficas e várias de interesse histórico-cultural. Chegamos a obter a colaboração de camaradas da envergadura de Ilídio Machado e de António Rebelo de Macedo e tínhamos a certeza de contar com intelectuais das igrejas, respeitados pela sua contribuição, directa na luta da independência para uma revisão e actualização das obras produzidas dentro das limitações coloniais.

Os autores de algumas dessas obras — salientamos Oscar Ribas e José Redinha — foram ao ponto de se colocarem abertamente à disposição de qualquer comissão e acatar todas as recomendações que fossem produzidas. Não vamos enaltecer, por não ser esta a ocasião, a nobreza intelectual desses escritores. Apenas o registo de tão valiosa contribuição.

Foi dentro do expresso pensamento que editamos o opúsculo polémico do Camarada Maurício Caetano, sobre «Nginga ou Nzinga?», com o propósito de um debate público que não chegou a ter lugar por discordância da Imprensa e da Rádio do País. Mas, podemos dar parabéns ao velho amigo de muitos anos, Maurício Caetano, porque o Ministério de Educação e Cultura aceitou a sua tese adoptando nos livros escolares a forma NJINGA recusando, portanto, Nzinga. Temos esperança de a Biblioteca Nzinga corrigir a designação, mudando, correctamente para *Njinga*.

P. — O que nos pode dizer sobre a actual panorâmica da música e dança populares angolana?

R. — Visitámos, embora de fugida, algumas Províncias e, constatámos que a música e a dança reflectem bem os complexos problemas da assimilação cultural a que os colonos nos obrigaram. A nossa dança e a nossa música, infelizmente aparecem diluídas no processo que absorveu os nossos valores e há que, com toda a urgência, acelerar trabalhos e pesquisas. Pessoalmente, já havíamos tentado uma informação sobre danças antigas da Província de Luanda, para esclarecer origens e controlar evoluções, com dados recolhidos da literatura oral pela boca de velhos, alguns, centenários. Embora não venha muito a propósito, foi daí que nos nasceu o desejo de fazer o estudo sociológico da rebita, dança que os colonos aproveitaram para corromper as sociedades de Luanda, Benguela, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul e Malanje, pontos de irradiação para todo o interior do País.

É urgente a avaliação da influência da música caboverdiana, nos cantares de grupos angolanos, questão que já apresentamos, publicamente numa altura em que tivemos de citar o «NGOLA RITMOS» conjunto que tem também o nosso pedaço porque somos um dos fundadores.

Será que demos efectivamente uma panorâmica da actual música e danças populares angolanas?

Todavia, não deixaremos de reconhecer que nos detivemos muito, ou apenas, sobre aspectos cívicos. Já agora, olhemos bem para as actuações do «NGONGO» depois das exibições do Ballet da Guiné-Conakri... Começemos a reflectir, para firmemente se poder afirmar que «havemos de voltar» às nossas tradições, para que nos realizemos como um Povo com personalidade própria! É preciso assimilar e não tentar fazer cópias...

P. — Há algum projecto que diga respeito à criação das Academias de Música e Bailados?

R. — Mais uma vez, e aceitarás as nossas desculpas pela pobreza das afirmações, mas, desejamos frizar a impossibilidade de se fazerem «omoletes sem ovos». Quem iria dirigir, com a eficiência necessária, essas escolas? Sentimos, a cada passo, a necessidade delas. Com uma professora norte-americana de dança que recentemente nos visitou, integrada no Conselho Mundial da Paz, abordamos o assunto e concluímos, que o necessário neste momento, é trazer um grupo de professores que promova cursos acelerados, técnicos, para que, sejam os nossos «habituados» a abrir os caboucos das escolas, trabalhando o barro da terra. Olhemos o exemplo da Guiné-Conakri...

Há poucos dias, tivemos a promessa da Embaixada de Cuba, de possibilidade da vinda de grupos de técnicos que poderão dar aulas de dança e de música e que seria o começo de um programa. Motivar, grupos, em primeiro lugar.

O Camarada Embaixador da Roménia, abriu-nos as portas para nos proporcionar tudo o que desejamos para incrementar a valorização da nossa cultura e bem sabemos o quanto isso nos será precioso. Estamos certos de que pouca gente hoje ignora a posição muito especial da Roménia que se insere nas fontes tradicionais da cultura mais remota da Nação. Aquilo que devíamos ter sempre presente quando pensamos em dança, música, em cinema e, em outras coisas do Espírito.

P. — No capítulo do cinema, quais são os projectos imediatos para afastar o nosso Povo da influência decadente do cinema dito ocidental, fomentado por companhias super-nacionais?

R. — Esta pergunta não nos obrigará a fazer uma recapitulação do que já atrás dissemos? Foquemos apenas num pequeno acréscimo: o Camarada Ministro da Informação já publicamente falou na nacionalização dos cinemas e deu certos pormenores. Entretanto, pensamos que a linha de orientação poderá vir do «Encontro» que esperamos se realize breve, a nível da CONCOP, como já dissemos, o que é preciso, também é que os escritores comecem a pensar na produção de argumentos...

P. — Está projectado o estabelecimento de discotecas e filmatecas?

R. — cremos que há qualquer coisa nesse sentido, e embora corra pelo Ministério do qual dependemos não chegou ao nosso conhecimento de forma a permitir uma resposta ou reflexão.

É um campo que olhamos sempre com interesse e preocupações. Podemos já apontar um aspecto muito importante sobre o qual nos devemos deter e com urgência. O mundo dos discos foi sempre uma escola de vadiagem disfarçada. Uma autêntica exploração! Isto não nos impede de afirmar que há muito pensamos em impedir a gravação de discos sem que primeiramente fosse revista a letra, para salvaguardar aspectos linguísticos. É uma vergonha saírem discos em línguas nacionais com expressões tão adulteradas...

P. — Quer dizer que no aspecto da cultura angolana, essa Direcção-Geral incidirá sobre a produção literária. Como?

R. — A nossa preocupação, que é preocupação nacional, de elevar os valores tradicionais do País, terá, necessariamente, marcada influência na produção literária. Julgamos não ser despropositado acentuar que a nossa literatura, a literatura angolana, enferma muito de inspirações e motivações estranhas. Daí, muitos dos nossos escritores não serem apreciados pelo Povo. Mesmo aqueles que os saúdam festivamente, é por mero snobismo.

Não se invoque o analfabetismo das massas. Vamos repetir uma afirmação: o africano quando descobre que um livro fala de si ou para si, anda quilómetros para encontrar um leitor...

Os verdadeiros escritores, filhos do Povo, seja qual a linguagem que usem são sempre compreendidos pelas

massas. Basta, por vezes uma palavra dita em língua mãe, pelo alfabetizado para que surjam reacções e haja a necessária compreensão que cria o diálogo entre o Povo e o escritor.

Na Baía dos Tigres — é preciso testemunhar? — fizemos uma experiência, dizendo versos, despreocupadamente, e cantores das zonas de Malanje — o velho Xico — nosso companheiro, no desterro, ali, na Sibal, musicava de imediato.

P. — Duas ou três experiências recentes do teatro popular que obtiveram assinalado êxito. Que nos pode dizer da actividade teatral entre nós?

R. — Naturalmente trata-se de «Tchinganje» e do «NGONGO». Pois bem: o primeiro grupo realizou um espectáculo a que não assistimos, no entanto, sabemos, por ter sido escrito, de que havia *muito boa vontade da parte dos seus organizadores e componentes* e que era importante que fossem ajudados. Por necessidade de esclarecimento, fomos procurar pormenores e hoje pensamos que é um grupo intelectual ou intelectualizado que pouco tem a haver com Angola, senão por acomodação geográfica. Ressalvamos, que esta nossa apreciação, nada tem a haver com a nossa posição perante o grupo, cujos processos e atitudes do seu principal mentor denunciámos às claras «a quem de direito».

Quanto ao «NGONGO» é filho do «Gexto» — Crupo Experimental de Teatro — que até nasceu das nossas relações com o Brasil negro-artístico que nos anos de cinquenta conhecemos dos nossos contactos com o grande Abdias do Nascimento. Apreciámos a boa vontade e a persistência dos seus componentes e dirigentes, ao mesmo tempo que registámos a falta de humildade que os impede de escutar opiniões e ouvir conselhos para dialogar e melhor construir. Todavia, não deixámos de reconhecer que já se vai verificando uma certa abertura em alguns dos seus elementos e podemos citar o entusiasta Roldão.

Dentro das nossas possibilidades, que não são grandes, temos dado todo o apoio ao «NGONGO» e esperamos que progrida, mostrando-se digno do nosso País.

(Conclusão da pág. 2)

rem a confusão ao Povo, dizem nas suas declarações, transcrevemos: «Os camaradas na convocatória disseram que haveria de estar presente o camarada Ministro José Eduardo!»

5.º — Julgamos ter respondido à parte mais expressiva das acusações. É nosso empenho destacar o nosso profundo desgosto para com a publicação das falsas declarações contidas na revista «MINFA», pois apenas serviu por parte dos interessados, para desviar as atenções do «POVO» visto os seus objectivos serem outros. Como prova disso já se verifica em Moçâmedes toda uma campanha movida pelo mesmo grupo acusador, tendente a dividir o «POVO», isto é a criar um clima de tensão sobressaindo o aspecto negativista do regionalismo e tribalismo. Um grupo que se diz ser o «grupo da Ivone» fala insistentemente em como o Comissário Provincial para Moçâmedes, deverá ser um camarada natural do Sul, pois em caso contrário haveria uma confrontação entre Mukubais e Kimbares, o que não acreditamos porque o Povo Mucubal tem dado sobejas provas da sua militância revolucionária.

6.º — Finalizando, não podemos deixar de indicar, por facto importante, quem são os elementos que constituem o grupo acusador e que aparece na foto inserida na revista a que temos vindo a referir: — Da direita para a esquerda e de pé: Albano Chaves (que há 20 anos não vem a Moçâmedes, salvo de passagem depois do 25 de Abril de 1974 visto que se encontrava em Portugal onde era sargento da Força Aérea Portuguesa). Não carece de comentários o facto de um individuo que não vive em Moçâ-

P. — Sob o patrocínio dessa Direcção-Geral, a nossa Rádio e a nossa Televisão não poderiam irradiar programas a horas determinadas, que preenchessem alguns dos tempos livres da população, com produções culturais ou meramente didácticas?

R. — Ainda não se estabeleceram normas que assegurem uma colaboração, no sentido lato do termo entre todos os organismos dependentes por vezes dos mesmos Ministérios. É um mal que o País está a atrevssar nesta primeira fase do seu crescimento.

O Director-Geral de Espectáculos ainda não teve, praticamente, oportunidade de encontrar a sua acção compreendida entre todos os serviços dependentes do Ministério da Informação. Isto levará o seu tempo para que efectivamente se possam sincronizar trabalhos e acções. Mas, não tardará, confirmar, que surjam os tais programas que a tua pergunta sugere, porque são absolutamente necessários.

P. — Duas breves análises do panorama nacional no que respeita ao elemento humano não existente no País para cobrir toda a actividade da cultura nacional?

R. — Em vez de uma análise, que teria de ser longa, aceita-nos antes uma afirmação. Pensamos que, logo que o movimento — o M. P. L. A. — ou melhor o seu Bureau Político, chame a si, mais directamente, o estudo e a dinamização da cultura popular, abundará o elemento humano. Na Lunda, numa reunião a que esteve presente a OMA, apresentamos uma ideia: as camaradas da OMA iniciariam pesquisas sobre actividades sócio-culturais da mulher e demos indicações concretas para o arranque.

P. — Podemos terminar com a nossa entrevista, solitando-te o que quiseses dizer ao nosso Povo.

R. — Desejar que se lute por uma crítica construtiva acabando, no nosso seio, com o sistema panfletário dos escribas descendentes das naus colonizadoras. Não nos devemos guerrear porque «mutu ni mukuenu». É o que os velhos nos ensinaram.

medes falar sobre «as realidades de Moçâmedes». Oportunismo? Assim nos parece tanto mais que até se intitulou de «comissário provincial» de Moçâmedes; Paixão Faias (membro do Comité de Acção da Torre do Tombo) e primo da família Henriques; Júlio Henriques (membro do Comité de Acção da Torre do Tombo). Sentados e pela mesma ordem: Ivone Henriques (desconhecemos qualquer actividade desta exercida no Movimento); a seu lado uma camarada que não conseguimos identificar; a seguir Filipa Katânia — esposa de Júlio Henriques (é membro da OMA) e por último Filomena Henriques (membro da JMPLA).

São estes os acusadores; uma família! Comentários?

PELO PODER POPULAR

A LUTA CONTINUA

A VITÓRIA É CERTA.

A COMISSÃO DIRECTIVA

António da Costa Lopes da Câmara

Aurélio da Silva Baptista

António Cruz

Eduardo Jorge Lopes Brazão

Carlos Venâncio Mendes

José de Oliveira

dutos que a agricultura produza. Teremos que aproveitar sistematicamente e valorizar sistematicamente os produtos que o sector primário produza.

O GRANDE PROBLEMA ACTUAL É A RECUPERAÇÃO DA NOSSA PRODUÇÃO

Falando aliás de apoio a agricultura, devo dizer que para nós tem importância bastante grande neste momento projectar uma unidade de produção de adubos. É um projecto que já data de algum tempo desde o Governo de Transição e mesmo do Governo Colonial. De qualquer maneira para nós, neste momento, este projecto entra nas linhas das prioridades aliás, o nosso País é rico em fosfatos; existem estes jazigos na Província do Zaire e em Cabinda. Estas jazidas terão que ser a curto ou a médio prazo rapidamente aproveitadas no sentido de produzirmos adubos para a nossa agricultura. Este é um dos grandes projectos que temos em mão. Mas veio isto a propósito do apoio que a nossa indústria tem que dar constantemente à Agricultura. Isto será a concretização do fundo em termos económicos daquela aliança que nós queremos sólida, que é fundamentalmente entre as duas classes mais exploradas do nosso País, a Camponesa e Operária. Deverá, desde já haver uma grande solidariedade entre as duas classes. De qualquer maneira, o nosso grande problema actual — isto eu queria chamar atenção do nosso Povo é o da recuperação da nossa produção. Nós temos que pôr a funcionar o nosso Parque Nacional a todo o custo e não de qualquer maneira de forma a que as realidades produzam os bens essenciais do nosso Povo em primeiro lugar, e, em segundo lugar, que produzam de forma a haver uma acumulação que nos permita resolver os problemas nacionais, problemas de todo o tipo como o problema da Educação, o problema da Saúde etc. Para tudo isto será preciso meios financeiros e os mesmos só estarão ao nosso alcance quando realmente nós começarmos a produzir não só aquilo que é necessário para a satisfação das nossas necessidades, mas como os excedentes para que nós possamos exportar.

A nossa grande tarefa é realmente recuperar a produção e para isso nós temos que eliminar todos os estrangulamentos que existem neste momento e que são de vária ordem.

Neste momento o grande estrangulamento situa-se a nível de quadros, a nível de recursos humanos. A causa disto é do nosso conhecimento; os portugueses limitaram em tudo o nosso Povo e quando se organiza a fuga dos técnicos, um dos primeiros objectivos era realmente criar, era explorar este facto. As carências de conhecimentos do nosso Povo. Assim, nós temos que rapidamente ultrapassar esta situação. Nisso pensamos beneficiar da ajuda estrangeira. Nós temos portanto, que recorrer à cooperação na assistência técnica; mandar vir técnicos especialistas para executar mais diferentes tarefas como manutenção de material, recuperação de equipamento, tarefas organizativas de gestão e sobretudo instruir, formar os nossos trabalhadores. Para tal temos também que eliminar outros estrangulamentos mas temos sobretudo que reforçar a nossa vigilância no sentido de precaver as sabotagens que certamente continuam e continuarão a existir no sentido de impedir a concretização dos nossos planos.

RECUPERAR O NOSSO PARQUE NACIONAL É UMA TAREFA PRIORITÁRIA

Portanto e resumindo, como tarefa prioritária temos neste momento a recuperação do nosso Parque Nacional. É o Parque Industrial de Luanda, do Huambo, Benguela e Huíla. Referi apenas os de maior importância para a Indústria.

Nós cremos que o nosso Povo, os nossos trabalhadores estarão engajados com o mesmo ardor com que estiveram no combate ao inimigo, estarão engajados nesta outra fase, esta não menos importante e decisiva batalha que é a Reconstrução Nacional.

Evidentemente todo este programa, todo este plano de recuperação da nossa Economia dentro da linha Socialista que nós definimos, só será possível se dispusermos de instrumentos adequados, aparelhos que possam responder às tarefas desta nova fase. Com relação a isto devo acrescentar que está em curso na nossa Secretaria um fundo processo de reestruturação da Secretaria no sentido de dotá-la de estruturas mais aptas. Assim, foram

dados passos importantes com a criação de Comissões Nacionais de Reestruturação para os diferentes grupos económicos, para os diferentes ramos de actividades do sector industrial. Foram criadas Comissões Nacionais de Reestruturação para oito ramos como sejam as indústrias ligeiras, alimentares e bebidas, açucareiras, têxteis, indústria pesada, petróleo, minas e electricidade.

Estão já definidos oito ramos de actividade que irão ser dinamizados provisoriamente por Comissões Nacionais de Reestruturação e mais tarde por instrumentos apropriados. Creio que devo aqui ressaltar a criação de um novo instrumento de intervenção Estatal que é a Sociedade Nacional dos combustíveis abreviadamente «SONANGOL».

A SONANGOL será desde já uma empresa Nacional inteiramente angolana, inteiramente estatal e que terá como tarefa exactamente controlar e progressivamente intervir nas actividades respeitantes ao sector dos petróleos. Esta trata-se de uma empresa com características bastante semelhantes como as que tem a SOTRAC na Argélia e creio que com este instrumento, numa forma perfeitamente planificada controlar e dirigir um sector tão importante como é de Angola o sector dos petróleos.

Foi criado um Estatuto pelo Conselho de Ministros e certamente existe já uma Comissão Nacional de reestruturação que vai criar as condições para que a SONANGOL assuma progressivamente o comando das operações.

Numa primeira fase de resolver através da ajuda externa dos países amigos o grande problema do controlo e o da formação de quadros.

A existência de quadros nacionais é uma condição básica, indispensável, para a conquista da Independência Económica.

(Conclusão da pág. 1)

Angolano soube ver claramente quem eram os seus representantes, quem defendia os seus interesses.

A heróica luta armada contra o exército colonial português, o combate contra os reaccionários brancos que num acto de desespero político e perante a desagregação da máquina repressiva colonial resolveram opor-se à vontade férrea do Povo Angolano, a sanguinária guerra contra os angolanos vendidos ao imperialismo — todo este passado de resistência mostra a maturidade política do Povo Angolano.

E nesta etapa de luta, o reforço do Poder Popular, enquanto garantida as conquistas já alcançadas pelo Povo Angolano, por um lado, e enquanto instrumento para o aniquilamento total das forças defensoras da exploração do Homem pelo Homem, por outro, assume papel de relevo.

Sobre os camaradas eleitos pesam responsabilidades de vulto. Compete aos camaradas eleitos a defesa intransigente dos interesses da classe operária e camponesa e aliados. Os camaradas eleitos têm que prestar contas ao MPLA, ao Povo Angolano, no qual reside o fundamento da sua autoridade. E porque o Cda. eleito é-o para servir o Povo, sempre que a sua prática o afaste dos princípios superiores para o cumprimento dos quais foi eleito, o Partido, a Nação inteira destitui-lo-á com a mesma firmeza com que o elegeu.

Aos detractores do Poder Popular aconselhamos a olhar conscientemente a tradição de luta do Povo Angolano, e a atentar nas realizações já levadas a cabo pelas Comissões Populares de Bairro — consubstanciação do querer consciente do Povo Angolano.

Aos camaradas eleitos o nosso voto de confiança nas tarefas para as quais por mandato do Povo Angolano, foram incumbidos.

As eleições foram seguramente um passo importante para a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, foram indubitavelmente mais uma vitória para o estabelecimento e reforço do Poder Proletário.

PELO PODER POPULAR
A LUTA CONTINUA



ESPORTE

NUMA SOCIEDADE SOCIALISTA

O Socialismo é o sistema social pelo qual os homens poderão lutar por uma personalidade livre e criadora, pela libertação e desenvolvimento do seu talento e capacidade, baseada na transformação revolucionária, na revolução profunda da estrutura económica social existente.

Condicionado pelo progresso histórico social, assim como todas as actividades do homem, o desporto ocupa, entre todos, o lugar cimeiro. Ele é nos tempos modernos o elemento determinante e móbil da cultura física.

A Educação física e o desporto têm no processo de construção do homem novo, um papel importantíssimo. Surge assim um novo conceito de desporto, que enquadra o objectivo educacional socialista, já que perde o seu carácter exclusivo e parcial de profissionalismo, convertendo-se num direito do Povo.

Esse Desporto enquadra-se num esquema que tem como objectivo a democratização cultural. Ele não se dissocia da vida comum antes pelo contrário é integrado em toda a sociedade pelas regiões industriais e centros de trabalho agrícola.

Através de métodos revolucionários, o desporto numa sociedade socialista passa a ser propriedade de operários, camponeses e estudantes, tendo todos a oportunidade de desenvolverem o seu nível cultural, político, social, pois não deixa de haver o contacto com todos os países que praticam o desporto nas suas formas reais e beneficiadoras.

Este desporto elimina a discriminação social, pois dá possibilidade de participação a crianças, mulheres, anciãos, homens, estudantes, operários, militares, donas de casa, ao bom emprego do tempo livre, com a finalidade de distração física, que se põe em prática mediante várias actividades desportivas. Dentro deste conceito desportista efectua-se a Aliança estudantes, operários e camponeses através de vários campeonatos efectuados entre eles.

A preparação física não pode estar separada do desporto, pois, é precisamente com a união de ambos que se permite, uma resistência física a toda a prova e desenvolvimento das qualidades psíquicas de todo o atleta.

No campo estudantil o desporto e a educação física são a vanguarda do desenvolvimento do estudante e por isso ele é concebido como mais uma cadeira dentro das disciplinas normais, abolindo assim o conceito de «bom desportista, mau estudante».

Todo o povo duma sociedade socialista deve empenhar-se na formação do desportista, pois que isto é um trabalho muito necessário, o qual leva a conversão para um desporto de qualidade, com atletas dum alto nível cultural, nos quais se possa combinar «estudo, trabalho e desporto».

Paralelamente a todo esse trabalho de desenvolvimento do atleta há o trabalho de pesquisa, de correcção de erros e adaptação de novos métodos que permitam o engrandecimento do desporto, através de colóquios, debates, exposições fotográficas, etc.

O Desporto reveste-se de singular importância na construção da Sociedade Socialista em que todos nos encontramos empenhados. Através dele o nosso Povo adquirirá uma saúde física e espiritual excelentes, necessárias para o cumprimento das tarefas que urge realizar em todos os domínios.

Em Angola todo o desportista deve trabalhar e elaborar no sentido da formação dum real desportista, num desporto que sirva as largas massas populares do País.

